

FLÁVIO TARTUCE

MANUAL DE DIREITO CIVIL

VOLUME ÚNICO

14^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



EDITORA
MÉTODO

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 26.12.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

T198m
14. ed.

Tartuce, Flávio

Manual de direito civil : volume único / Flávio Tartuce. - 14. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro : Método, 2024.
1.744 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-987-7

1. Direito civil - Brasil. I. Título.

23-87532

CDU: 347(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

SUMÁRIO

1 ESTUDO DA LEI DE INTRODUÇÃO	1
1.1 Primeiras palavras sobre a Lei de Introdução	1
1.2 A Lei de Introdução e a Lei como fonte primária do Direito Brasileiro. A vigência das normas jurídicas (arts. 1.º e 2.º da Lei de Introdução).....	2
1.3 Características da norma jurídica e sua aplicação. Análise do art. 3.º da Lei de Introdução.....	7
1.4 As formas de integração da norma jurídica. Art. 4.º da Lei de Introdução.....	8
1.4.1 A analogia.....	11
1.4.2 Os costumes	12
1.4.3 Os princípios gerais de Direito	14
1.4.4 A equidade.....	18
1.5 Aplicação da norma jurídica no tempo. O art. 6.º da Lei de Introdução	19
1.6 Aplicação da norma jurídica no espaço. Os arts. 7.º a 19 da Lei de Introdução e o Direito Internacional Público e Privado.....	23
1.7 Estudo das antinomias jurídicas.....	31
1.8 Breve análise das inclusões feitas na Lei de introdução pela Lei 13.655/2018. repercussões para o Direito Público	34
2 PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	41
2.1 Introdução. Visão filosófica do Código Civil de 2002. As principais teses do Direito Civil contemporâneo.....	41
2.1.1 Direito Civil Constitucional	49
2.1.2 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	53
2.1.3 O diálogo das fontes.....	55
2.1.4 A interação entre as teses expostas e a visão unitária do ordenamento jurídico	60
2.1.5 A Reforma do Código Civil de 2002. A comissão de juristas nomeada no âmbito do Senado Federal, em 2023.....	60
2.2 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa natural.....	61
2.2.1 Conceitos iniciais. A capacidade e conceitos correlatos.....	61
2.2.2 O início da personalidade civil. A situação jurídica do nascituro	63

2.2.3	Os incapazes no Código Civil de 2002	69
2.2.3.1	Dos absolutamente incapazes.....	73
2.2.3.2	Dos relativamente incapazes	76
2.2.4	A emancipação.....	79
2.2.5	Os direitos da personalidade em uma análise civil-constitucional. A ponderação de direitos e o seu tratamento no Código de Processo Civil de 2015.....	81
2.2.6	O domicílio da pessoa natural.....	131
2.2.7	A morte da pessoa natural. Modalidades e efeitos jurídicos	132
2.2.7.1	Morte real.....	132
2.2.7.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação.....	134
2.2.7.3	Morte presumida com declaração de ausência.....	135
2.2.7.4	A comoriência	139
2.2.8	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica	140
2.3	Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa jurídica	146
2.3.1	Conceito de pessoa jurídica e suas classificações	146
2.3.2	Da pessoa jurídica de Direito Privado. Regras gerais e conceitos básicos. Análise do art. 44 do CC.....	149
2.3.3	Modalidades de pessoa jurídica de Direito Privado e análise de suas regras específicas	156
2.3.3.1	Das associações	156
2.3.3.2	Das fundações particulares.....	163
2.3.3.3	Das sociedades	165
2.3.3.4	Das corporações especiais. Partidos políticos e organizações religiosas.....	167
2.3.4	Do domicílio da pessoa jurídica de Direito Privado.....	169
2.3.5	Da extinção da pessoa jurídica de Direito Privado.....	169
2.3.6	Da desconsideração da personalidade jurídica	171
2.4	Parte geral do Código Civil de 2002. Dos bens. Objeto do direito.....	189
2.4.1	Primeiras palavras. Diferenças entre bens e coisas. A teoria do patrimônio mínimo.....	189
2.4.2	Principais classificações dos bens.....	195
2.4.2.1	Classificação quanto à tangibilidade.....	195
2.4.2.2	Classificação quanto à mobilidade.....	195
2.4.2.3	Classificação quanto à fungibilidade.....	197
2.4.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade.....	197
2.4.2.5	Classificação quanto à divisibilidade.....	198
2.4.2.6	Classificação quanto à individualidade.....	199
2.4.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	200
2.4.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio.....	204
2.4.3	Do bem de família. O tratamento dualista do sistema jurídico	206
2.4.3.1	Bem de família voluntário ou convencional	207
2.4.3.2	Bem de família legal.....	209

2.5	Parte geral do Código Civil de 2002. Teoria geral do negócio jurídico.....	220
2.5.1	Conceitos básicos. Fato, ato e negócio jurídico.....	220
2.5.2	Classificações do negócio jurídico	224
2.5.3	Elementos estruturais do negócio jurídico. A Escada Pontean.....	226
2.5.3.1	Plano da existência	228
2.5.3.2	Plano da validade	229
2.5.3.3	Plano da eficácia	239
2.5.3.4	A Escada Pontean e o direito intertemporal. Análise do art. 2.035, <i>caput</i> , do CC. Exemplos práticos.....	239
2.5.4	Estudo dos elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo.....	242
2.5.5	Vícios ou defeitos do negócio jurídico	247
2.5.5.1	Do erro e da ignorância.....	248
2.5.5.2	Do dolo	252
2.5.5.3	Da coação	254
2.5.5.4	Do estado de perigo	256
2.5.5.5	Da lesão	258
2.5.5.6	Da simulação. O enquadramento da reserva mental.....	262
2.5.5.7	Da fraude contra credores	267
2.5.6	Teoria das nulidades do negócio jurídico	278
2.5.6.1	Da inexistência do negócio jurídico	279
2.5.6.2	Da nulidade absoluta – negócio jurídico nulo.....	279
2.5.6.3	Da nulidade relativa ou anulabilidade. Negócio jurídico anulável.....	286
2.5.6.4	Quadro comparativo. Negócio jurídico nulo (nulidade absoluta) × negócio jurídico anulável (nulidade relativa ou anulabilidade)	292
2.6	Prescrição e decadência	293
2.6.1	Introdução. Fórmula para diferenciar a prescrição da decadência.....	293
2.6.2	Regras quanto à prescrição.....	295
2.6.3	Regras quanto à decadência	320
2.6.4	Quadro comparativo. Diferenças entre a prescrição e a decadência....	322
3	TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	325
3.1	O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos	325
3.1.1	Elementos subjetivos da obrigação	327
3.1.2	Elemento objetivo ou material da obrigação.....	328
3.1.3	Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação.....	329
3.2	Diferenças conceituais entre obrigação, dever, ônus e direito potestativo.....	331
3.3	As fontes obrigacionais no Direito Civil brasileiro.....	332
3.4	Breve estudo dos atos unilaterais como fontes do direito obrigacional	333
3.4.1	Da promessa de recompensa.....	334
3.4.2	Da gestão de negócios	335
3.4.3	Do pagamento indevido	336
3.4.4	Do enriquecimento sem causa.....	338

3.5	Principais classificações das obrigações. Modalidades previstas no Código Civil de 2002.....	341
3.5.1	Classificação da obrigação quanto ao seu conteúdo ou prestação	341
3.5.1.1	Obrigação positiva de dar.....	342
3.5.1.2	Obrigação positiva de fazer	347
3.5.1.3	Obrigação negativa de não fazer.....	349
3.5.2	Classificação da obrigação quanto à complexidade do seu objeto	349
3.5.2.1	Obrigação simples.....	349
3.5.2.2	Obrigação composta	350
3.5.3	Classificação das obrigações quanto ao número de pessoas envolvidas. Estudo das obrigações solidárias.....	352
3.5.3.1	Conceitos básicos e regras gerais (arts. 264 a 266 do CC)	352
3.5.3.2	Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274 do CC).....	354
3.5.3.3	Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC)	359
3.5.4	Classificação das obrigações quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional.....	366
3.6	O adimplemento das obrigações (teoria do pagamento).....	372
3.6.1	Primeiras palavras	372
3.6.2	Do pagamento direto	372
3.6.2.1	Elementos subjetivos do pagamento direto. O <i>solvens</i> e o <i>accipiens</i> . Quem paga e quem recebe.....	372
3.6.2.2	Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto). O que se paga e como se paga	377
3.6.2.3	Do lugar do pagamento direto. Onde se paga	383
3.6.2.4	Do tempo do pagamento. Quando se paga.....	385
3.6.3	Das regras especiais de pagamento e das formas de pagamento indireto.....	386
3.6.3.1	Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento)	386
3.6.3.2	Da imputação do pagamento	391
3.6.3.3	Do pagamento com sub-rogação.....	392
3.6.3.4	Da dação em pagamento.....	395
3.6.3.5	Da novação.....	397
3.6.3.6	Da compensação.....	400
3.6.3.7	Da confusão	405
3.6.3.8	Da remissão de dívidas	405
3.7	Da transmissão das obrigações	406
3.7.1	Introdução	406
3.7.2	Da cessão de crédito	407
3.7.3	Da cessão de débito ou assunção de dívida	413
3.7.4	Da cessão de contrato.....	415
3.8	Do inadimplemento obrigacional. Da responsabilidade civil contratual.....	416
3.8.1	Modalidades de inadimplemento	416
3.8.2	Regras quanto ao inadimplemento relativo ou mora	419
3.8.3	Regras quanto ao inadimplemento absoluto da obrigação.....	425

3.8.4	Dos juros no Código Civil de 2002.....	430
3.8.5	Da cláusula penal.....	436
3.8.6	Das arras ou sinal.....	449
4	RESPONSABILIDADE CIVIL	453
4.1	Conceitos básicos da responsabilidade civil. Classificação quanto à origem (responsabilidade contratual × extracontratual). Ato ilícito e abuso de direito....	453
4.2	Elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar....	466
4.2.1	Primeiras palavras conceituais	466
4.2.2	Conduta humana	467
4.2.3	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i>	468
4.2.3.1	O dolo.....	468
4.2.3.2	Da culpa estrita ou <i>stricto sensu</i>	469
4.2.4	O nexo de causalidade.....	474
4.2.5	Dano ou prejuízo	483
4.2.5.1	Danos patrimoniais ou materiais	484
4.2.5.2	Danos morais.....	487
4.2.5.3	Danos estéticos.....	504
4.2.5.4	Danos morais coletivos	507
4.2.5.5	Danos sociais	508
4.2.5.6	Danos por perda de uma chance.....	514
4.2.5.7	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002.....	517
4.3	A classificação da responsabilidade civil quanto à culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva	521
4.3.1	Responsabilidade civil subjetiva	521
4.3.2	A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo.....	521
4.3.3	A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Principais regras específicas.....	530
4.3.3.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta.....	530
4.3.3.2	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal	537
4.3.3.3	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção.....	539
4.3.3.4	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios (defenestramento).....	540
4.3.3.5	A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte ...	541
4.4	Das excludentes do dever de indenizar	546
4.4.1	Da legítima defesa.....	546
4.4.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente	547
4.4.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	548
4.4.4	Das excludentes de nexo de causalidade	549
4.4.5	Da cláusula de não indenizar.....	549

5	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS	553
5.1	Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno	553
5.2	Principais classificações contratuais	556
5.2.1	Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas	556
5.2.2	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes	556
5.2.3	Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato	557
5.2.4	Quanto aos riscos que envolvem a prestação	557
5.2.5	Quanto à previsão legal	558
5.2.6	Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão x contrato de consumo	560
5.2.7	Quanto à presença de formalidades ou solenidades	562
5.2.8	Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos	562
5.2.9	Quanto ao momento do cumprimento	565
5.2.10	Quanto à pessoalidade	565
5.2.11	Quanto à definitividade do negócio	566
5.3	Princípios contratuais no Código Civil de 2002	566
5.3.1	Primeiras palavras	566
5.3.2	Princípio da autonomia privada	569
5.3.3	Princípio da função social dos contratos	574
5.3.4	Princípio da força obrigatória do contrato (<i>pacta sunt servanda</i>)	586
5.3.5	Princípio da boa-fé objetiva	588
5.3.6	Princípio da relatividade dos efeitos contratuais	607
5.4	A formação do contrato pelo Código Civil	610
5.4.1	Fase de negociações preliminares ou de pontuação	611
5.4.2	Fase de proposta, policitacão ou oblação	613
5.4.3	Fase de contrato preliminar	616
5.4.4	Fase de contrato definitivo	625
5.5	A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor	625
5.5.1	Primeiras palavras	625
5.5.2	A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002	626
5.5.3	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor	637
5.6	Os vícios redibitórios no Código Civil	640
5.7	A evicção	646
5.8	Extinção dos contratos	656
5.8.1	Extinção normal dos contratos	656
5.8.2	Extinção por fatos anteriores à celebração	656
5.8.3	Extinção por fatos posteriores à celebração	659
5.8.4	Extinção por morte de um dos contratantes	671

6. CONTRATOS EM ESPÉCIE (CONTRATOS TÍPICOS DO CC/2002)	673
6.1 Da compra e venda (arts. 481 a 532 do CC)	673
6.1.1 Conceito e natureza jurídica	673
6.1.2 Elementos constitutivos da compra e venda	676
6.1.3 A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato	681
6.1.4 Restrições à autonomia privada na compra e venda	683
6.1.4.1 Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC)	683
6.1.4.2 Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC)	687
6.1.4.3 Da venda de bens sob administração (art. 497 do CC)	688
6.1.4.4 Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum (art. 504 do CC)	689
6.1.5 Regras especiais da compra e venda	693
6.1.5.1 Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC)	693
6.1.5.2 Venda a contento e sujeita à prova (arts. 509 a 512 do CC)	694
6.1.5.3 Venda por medida, por extensão ou <i>ad mensuram</i> (art. 500 do CC)	694
6.1.5.4 Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC)	696
6.1.6 Das cláusulas especiais da compra e venda	697
6.1.6.1 Cláusula de retrovenda	698
6.1.6.2 Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional	700
6.1.6.3 Cláusula de venda sobre documentos	703
6.1.6.4 Cláusula de venda com reserva de domínio	704
6.2 Da troca ou permuta (art. 533 do CC)	709
6.2.1 Conceito e natureza jurídica	709
6.2.2 Objeto do contrato e relação com a compra e venda	710
6.2.3 Troca entre ascendentes e descendentes	710
6.3 Do contrato estimatório ou venda em consignação (arts. 534 a 537 do CC)	711
6.3.1 Conceito e natureza jurídica	711
6.3.2 Efeitos e regras do contrato estimatório	712
6.4 Da doação (arts. 538 a 564 do CC)	713
6.4.1 Conceito e natureza jurídica	713
6.4.2 Efeitos e regras da doação sob o enfoque das suas modalidades ou espécies	716
6.4.2.1 Doação remuneratória	716
6.4.2.2 Doação contemplativa ou meritória	717
6.4.2.3 Doação a nascituro	717
6.4.2.4 Doação sob forma de subvenção periódica	718
6.4.2.5 Doação em contemplação de casamento futuro	718
6.4.2.6 Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges	719
6.4.2.7 Doação com cláusula de reversão	721

6.4.2.8	Doação conjuntiva.....	722
6.4.2.9	Doação manual.....	723
6.4.2.10	Doação inoficiosa.....	723
6.4.2.11	Doação universal.....	727
6.4.2.12	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	728
6.4.2.13	Doação a entidade futura	729
6.4.2.14	Doação famélica.....	729
6.4.3	Da promessa de doação.....	731
6.4.4	Da revogação da doação	732
6.5	Da locação de coisas no CC/2002 (arts. 565 a 578 do CC)	735
6.5.1	Conceito, natureza jurídica e âmbito de aplicação.....	735
6.5.2	Efeitos da locação regida pelo Código Civil.....	736
6.6	Do empréstimo. Comodato e mútuo	739
6.6.1	Introdução. Conceitos básicos.....	739
6.6.2	Do comodato (arts. 579 a 585 do CC)	739
6.6.3	Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC)	746
6.7	Da prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC).....	751
6.7.1	Conceito e natureza jurídica.....	751
6.7.2	Regras da prestação de serviços no CC/2002	751
6.8	Da empreitada (arts. 610 a 626 do CC).....	758
6.8.1	Conceito e natureza jurídica.....	758
6.8.2	Regras da empreitada no CC/2002.....	759
6.9	Do depósito (arts. 627 a 652 do CC)	765
6.9.1	Conceito e natureza jurídica.....	765
6.9.2	Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional.....	767
6.9.3	Do depósito necessário.....	769
6.9.4	Da prisão do depositário infiel	770
6.10	Do mandato (arts. 653 a 692 do CC).....	771
6.10.1	Conceito e natureza jurídica.....	771
6.10.2	Principais classificações do mandato.....	775
6.10.3	Principais regras do mandato no CC/2002	777
6.11	Da comissão (arts. 693 a 709 do CC)	785
6.12	Da agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC).....	788
6.13	Da corretagem (arts. 722 a 729 do CC).....	791
6.14	Do transporte (arts. 730 a 756 do CC).....	800
6.14.1	Conceito e natureza jurídica.....	800
6.14.2	Regras gerais do transporte no CC/2002.....	800
6.14.3	Do transporte de pessoas.....	804
6.14.4	Do transporte de coisas.....	809
6.15	Do seguro (arts. 757 a 802 do CC).....	812
6.15.1	Conceito e natureza jurídica.....	812

6.15.2	Regras gerais do seguro no CC/2002	814
6.15.3	Do seguro de dano	826
6.15.4	Do seguro de pessoa	831
6.16	Da constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC)	837
6.17	Do jogo e da aposta (arts. 814 a 817 do CC)	839
6.18	Da fiança (arts. 818 a 839 do CC)	842
6.18.1	Conceito e natureza jurídica	842
6.18.2	Efeitos e regras da fiança no CC/2002	846
6.19	Da transação (arts. 840 a 850 do CC)	851
6.20	Do compromisso (arts. 851 a 853 do CC)	855
6.21	Do contrato de administração fiduciária de garantias (art. 853-A do CC)	859
7	DIREITO DAS COISAS	863
7.1	Introdução. Conceitos de direito das coisas e de direitos reais. Diferenças entre os institutos e suas características gerais	863
7.2	Principais diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais. Revisão do quadro comparativo	873
7.3	Da posse (arts. 1.196 a 1.224 do CC)	877
7.3.1	Conceito de posse e teorias justificadoras. A teoria da função social da posse	877
7.3.2	Diferenças entre a posse e a detenção. Conversão dos institutos	882
7.3.3	Principais classificações da posse	885
7.3.4	Efeitos materiais e processuais da posse	890
7.3.4.1	Efeitos da posse quanto aos frutos	890
7.3.4.2	Efeitos da posse em relação às benfeitorias	891
7.3.4.3	Posse e responsabilidades	893
7.3.4.4	Posse e usucapião. Primeira abordagem	894
7.3.4.5	Posse e Processo Civil. A faculdade de invocar os interditos possessórios	895
7.3.4.6	A legítima defesa da posse e o desforço imediato	905
7.3.5	Formas de aquisição, transmissão e perda da posse	906
7.3.6	Composse ou compossessão	909
7.4	Da propriedade	910
7.4.1	Conceitos fundamentais relativos à propriedade e seus atributos	910
7.4.2	Principais características do direito de propriedade	915
7.4.3	Disposições preliminares relativas à propriedade. A função social e socioambiental da propriedade	916
7.4.4	A desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC/2002)	925
7.4.5	Da propriedade resolúvel e da propriedade fiduciária	932
7.4.6	Formas de aquisição da propriedade imóvel	934
7.4.6.1	Das acessões naturais e artificiais	935
7.4.6.2	Da usucapião de bens imóveis	942
7.4.6.2.1	Generalidades	942
7.4.6.2.2	Modalidades de usucapião de bens imóveis	948

7.4.6.2.3	Usucapião imobiliária e direito intertemporal no Código Civil.....	962
7.4.6.2.4	A questão da usucapião de bens públicos	965
7.4.6.2.5	Da usucapião administrativa ou extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações instituídas pela Lei 13.465/2017 e pela Lei 14.382/2022	966
7.4.6.3	Do registro do título.....	971
7.4.6.4	Da sucessão hereditária de bens imóveis	974
7.4.7	Formas de aquisição da propriedade móvel	974
7.4.7.1	Da ocupação e do achado do tesouro. O estudo da descoberta....	974
7.4.7.2	Da usucapião de bens móveis	977
7.4.7.3	Da especificação.....	979
7.4.7.4	Da confusão, da comistão e da adjunção.....	979
7.4.7.5	Da tradição	981
7.4.7.6	Da sucessão hereditária de bens móveis	983
7.4.8	Da perda da propriedade imóvel e móvel.....	983
7.4.9	Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A legitimação fundiária.....	987
7.5	Dos fundos de investimento e a inclusão do seu tratamento no Código Civil pela Lei 13.874/2019	993
7.6	Direito de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC)	998
7.6.1	Conceitos básicos.....	998
7.6.2	Do uso anormal da propriedade	1000
7.6.3	Das árvores limítrofes.....	1002
7.6.4	Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações.....	1003
7.6.5	Das águas	1007
7.6.6	Do direito de tapagem e dos limites entre prédios.....	1011
7.6.7	Do direito de construir	1012
7.7	Do condomínio	1016
7.7.1	Conceito, estrutura jurídica e modalidades.....	1016
7.7.2	Do condomínio voluntário ou convencional.....	1018
7.7.3	Do condomínio necessário.....	1021
7.7.4	Do condomínio edilício.....	1022
7.7.4.1	Regras gerais básicas. Instituição e constituição. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício.....	1022
7.7.4.2	Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício	1034
7.7.4.3	Da administração do condomínio edilício	1048
7.7.4.4	Da extinção do condomínio edilício	1055
7.7.4.5	Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples	1055
7.7.4.6	A multipropriedade ou <i>time sharing</i> . Estudo da Lei 13.777/2018	1062

7.8	Do direito real de aquisição do promitente comprador (compromisso de compra e venda de imóvel registrado na matrícula)	1076
7.9	Dos direitos reais de gozo ou fruição	1086
7.9.1	Generalidades	1086
7.9.2	Da superfície	1087
7.9.3	Das servidões	1092
7.9.4	Do usufruto	1098
7.9.5	Do uso	1106
7.9.6	Da habitação	1107
7.9.7	Das concessões especiais para uso e moradia. Direitos reais de gozo ou fruição criados pela Lei 11.481/2007	1108
7.9.8	Do direito real de laje	1108
7.10	Dos direitos reais de garantia	1118
7.10.1	Princípios e regras gerais quanto aos direitos reais de garantia tratados pelo CC/2002	1118
7.10.2	Do penhor	1122
7.10.3	Da hipoteca	1128
7.10.4	Da anticrese	1144
7.10.5	Da alienação fiduciária em garantia	1145
8	DIREITO DE FAMÍLIA	1187
8.1	Conceito de Direito de Família e seus princípios fundamentais	1187
8.1.1	Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988)	1188
8.1.2	Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988)	1193
8.1.3	Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC)	1194
8.1.4	Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC)	1194
8.1.5	Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC)	1195
8.1.6	Princípio do maior interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC)	1196
8.1.7	Princípio da afetividade	1197
8.1.8	Princípio da função social da família (art. 226, <i>caput</i> , da CF/1988)	1200
8.1.9	Princípio da boa-fé objetiva	1201
8.2	Concepção constitucional de família	1206
8.3	Do casamento (arts. 1.511 a 1.590 do CC)	1208
8.3.1	Conceito, natureza jurídica e princípios	1208
8.3.2	Capacidade para o casamento, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento	1210
8.3.3	Do processo de habilitação e da celebração do casamento. Alterações promovidas pela Lei do SERP (Lei 14.382/2022). Modalidades especiais de casamento quanto à sua celebração	1219
8.3.3.1	Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539 do CC)	1227
8.3.3.2	Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> , ou <i>in articulo mortis</i> (art. 1.540 do CC)	1227

8.3.3.3	Casamento por procuração (art. 1.542 do CC).....	1229
8.3.3.4	Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.515 e 1.516 do CC).....	1229
8.3.4	Da invalidade do casamento.....	1230
8.3.4.1	Esclarecimentos necessários.....	1230
8.3.4.2	Do casamento inexistente.....	1231
8.3.4.3	Do casamento nulo.....	1234
8.3.4.4	Do casamento anulável.....	1238
8.3.4.5	Do casamento putativo.....	1244
8.3.5	Provas do casamento.....	1245
8.3.6	Efeitos pessoais do casamento e seus deveres.....	1246
8.3.7	Efeitos patrimoniais do casamento. Regime de bens.....	1248
8.3.7.1	Conceito de regime de bens e seus princípios. Da ação de alteração do regime de bens.....	1248
8.3.7.2	Regras gerais quanto ao regime de bens.....	1255
8.3.7.3	Regras quanto ao pacto antenupcial.....	1264
8.3.7.4	Regime de bens. Regras especiais.....	1267
8.3.8	Dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Separação e divórcio.....	1278
8.3.8.1	Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela Emenda do Divórcio (EC 66/2010). Estudo atualizado diante do Código de Processo Civil de 2015.....	1278
8.3.8.2	Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010.....	1297
8.3.8.2.1	O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato.....	1297
8.3.8.2.2	Manutenção do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	1299
8.3.8.2.3	A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto.....	1302
8.3.8.2.4	Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal.....	1306
8.3.8.2.5	A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010.....	1310
8.3.8.2.6	O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014).....	1313
8.3.8.2.7	Alimentos na dissolução do casamento e a Emenda do Divórcio.....	1336
8.4	Da união estável.....	1337
8.4.1	Conceito de união estável e seus requisitos fundamentais. Diferenças entre união estável e concubinato.....	1337

8.4.2	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável.....	1350
8.4.3	A união homoafetiva e o seu enquadramento como união estável.....	1366
8.5	Relações de parentesco	1372
8.5.1	Conceito, modalidades e disposições gerais (arts. 1.591 a 1.595 do CC).....	1372
8.5.2	Filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC).....	1375
8.5.3	Reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC)	1398
8.5.3.1	Primeiras palavras. Modalidades de reconhecimento de filhos	1398
8.5.3.2	Reconhecimento voluntário ou perfilhação	1399
8.5.3.3	Reconhecimento judicial. Aspectos principais da ação investigatória.....	1401
8.5.4	Da adoção	1408
8.5.5	Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC). O problema da alienação parental.....	1418
8.6	Dos alimentos no Código Civil de 2002	1427
8.6.1	Conceito e pressupostos da obrigação alimentar	1427
8.6.2	Características da obrigação de alimentos	1430
8.6.3	Principais classificações dos alimentos	1442
8.6.4	Extinção da obrigação de alimentos	1451
8.7	Da tutela e da curatela	1453
8.7.1	Primeiras palavras	1453
8.7.2	Da tutela.....	1457
8.7.3	Da curatela	1466
9	DIREITO DAS SUCESSÕES	1487
9.1	Conceitos fundamentais do Direito das Sucessões	1487
9.2	Da herança e de sua administração.....	1494
9.3	Da herança jacente e da herança vacante.....	1497
9.4	Da vocação hereditária e os legitimados a suceder	1502
9.5	Da aceitação e renúncia da herança.....	1506
9.6	Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças	1512
9.7	Da ação de petição de herança	1517
9.8	Da sucessão legítima	1522
9.8.1	Panorama geral das inovações introduzidas pelo CC/2002. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil	1522
9.8.2	Da sucessão dos descendentes e a concorrência do cônjuge. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 (<i>Informativo n. 864 da Corte</i>).....	1529
9.8.3	Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge ou companheiro	1539
9.8.4	Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente.....	1541
9.8.5	Da sucessão dos colaterais.....	1547

9.8.6	Da sucessão do companheiro. O polêmico art. 1.790 do CC e suas controvérsias principais até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Análise do direito real de habitação do companheiro	1549
9.8.7	Do direito de representação	1564
9.9	Da sucessão testamentária	1566
9.9.1	Conceito de testamento e suas características. Regras fundamentais sobre o instituto	1566
9.9.2	Das modalidades ordinárias de testamento	1572
9.9.2.1	Do testamento público	1575
9.9.2.2	Do testamento cerrado	1578
9.9.2.3	Do testamento particular	1581
9.9.3	Das modalidades especiais de testamento	1586
9.9.3.1	Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico	1587
9.9.3.2	Do testamento militar	1587
9.9.4	Do codicilo	1588
9.9.5	Das disposições testamentárias	1589
9.9.6	Dos legados	1597
9.9.6.1	Conceito e espécies	1597
9.9.6.2	Dos efeitos do legado e do seu pagamento	1599
9.9.6.3	Da caducidade dos legados	1600
9.9.7	Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários	1601
9.9.8	Das substituições testamentárias	1603
9.9.9	Da redução das disposições testamentárias	1606
9.9.10	Da revogação do testamento. Diferenças fundamentais em relação à invalidade	1607
9.9.11	Do rompimento do testamento	1609
9.9.12	Do testamenteiro	1612
9.10	Do inventário e da partilha	1614
9.10.1	Do inventário. Conceito, modalidades e procedimentos	1614
9.10.1.1	Do inventário judicial	1617
9.10.1.1.1	Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum)	1618
9.10.1.1.2	Inventário judicial pelo rito sumário	1644
9.10.1.1.3	Inventário judicial pelo rito do arrolamento comum	1648
9.10.1.2	Do inventário extrajudicial, pela via administrativa ou por escritura pública	1650
9.10.2	Da pena de sonegados	1659
9.10.3	Do pagamento das dívidas	1662
9.10.4	Da colação ou conferência	1664
9.10.5	Da redução das doações inoficiosas	1670
9.10.6	Da partilha	1671
9.10.6.1	Da partilha amigável ou extrajudicial	1672

9.10.6.2	Da partilha judicial	1673
9.10.6.3	Da partilha em vida	1679
9.10.7	Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção.....	1680
9.10.8	Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha	1681

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1685
--	-------------